

- Ⓑ A gestão de compras deve ser realizada, prioritariamente, de forma terceirizada, principalmente no caso das atividades ligadas ao comércio de mercadorias.
- Ⓒ O inventário de estoque deve ser realizado por iniciativa da organização e em período por ela determinado, independentemente dos aspectos legais ou de conformidade.
- Ⓓ Os itens classificados como matérias-primas permanecem enquadrados nessa classificação durante toda a cadeia produtiva, necessariamente.
- Ⓔ O volume adequado dos níveis de estoque pode variar de acordo com o perfil organizacional e as necessidades sazonais, além de outros fatores conhecidos ou inéditos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Devem-se minimizar os investimentos em material estocado, na medida do possível. */

||B|| - Incorreta. Por se tratar de área sensível e de elevado risco, principalmente no âmbito de atividades comerciais, a gestão de compras não deve ser terceirizada, em geral.*/

||C|| - Incorreta. Devem ser seguidos, inclusive, os marcos legais e tributários.*/

||D|| - Incorreta. A classificação deverá mudar de acordo com o momento de tratativas daquele item ao longo da cadeia produtiva.*/

||E|| - Correta. Conforme a operação da gestão de materiais, os volumes considerados adequados para os níveis de estoque sofrerão variação.*/

Questão 45

Caso a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais, é cabível, segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), o ajuizamento de

- Ⓐ mandado de segurança individual.
- Ⓑ mandado de segurança coletivo.
- Ⓒ mandado de injunção.
- Ⓓ *habeas corpus*.
- Ⓔ *habeas data*.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. De acordo com o art. 5.º, LXXI, da CF, “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.*/

||B|| - Incorreta. De acordo com o art. 5.º, LXXI, da CF, “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.*/

||C|| - Correta. De acordo com o art. 5.º, LXXI, da CF, “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.*/

||D|| - Incorreta. De acordo com o art. 5.º, LXXI, da CF, “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e

liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.*/

||E|| - Incorreta. De acordo com o art. 5.º, LXXI, da CF, “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.*/

Questão 46

Suponha que as seguintes situações tenham ocorrido ao mesmo tempo: a naturalização brasileira de Ana foi cancelada em decorrência de sentença transitada em julgado; Maria foi condenada por improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4.º, da CF; e Cláudio recusou-se a cumprir obrigação a todos imposta, bem como a cumprir prestação alternativa, em oposição ao que determina o art. 5.º, VIII, da CF. Com base nessa suposição, é correto afirmar que a perda dos direitos políticos se dará em relação a

- Ⓐ Ana, Maria e Cláudio.
- Ⓑ Maria e Cláudio, apenas.
- Ⓒ Cláudio, somente.
- Ⓓ Maria, somente.
- Ⓔ Ana, somente.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Assim dispõe a CF:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II – incapacidade civil absoluta;

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5.º, VIII;

V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4.º.*/

||B|| - Incorreta. Assim dispõe a CF:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II – incapacidade civil absoluta;

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5.º, VIII;

V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4.º.*/

||C|| - Incorreta. Assim dispõe a CF:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II – incapacidade civil absoluta;

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5.º, VIII;

V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4.º.* /

||D|| - Incorreta. Assim dispõe a CF:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II – incapacidade civil absoluta;

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5.º, VIII;

V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4.º.* /

||E|| - Correta, de acordo com o disposto na CF:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II – incapacidade civil absoluta;

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5.º, VIII;

V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4.º.* /

Questão 47

A preservação da ordem pública e a segurança em estabelecimentos penais competem

Ⓐ à polícia militar, apenas.

Ⓑ à polícia penal, apenas.

Ⓒ à polícia militar e à polícia civil, respectivamente.

Ⓓ à polícia civil e à polícia penal, respectivamente.

Ⓔ à polícia militar e à polícia penal, respectivamente.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. De acordo com o art. 144, § 5.º e § 5.º-A, da CF, “As polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.” Já “às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais”.*/

||B|| - Incorreta. De acordo com o art. 144, § 5.º e § 5.º-A, da CF, “As polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.” Já “às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais”.*/

||C|| - Incorreta. De acordo com o art. 144, § 5.º e § 5.º-A, da CF, “As polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.” Já “às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais”.*/

||D|| - Incorreta. De acordo com o art. 144, § 5.º e § 5.º-A, da CF, “As polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.” Já “às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais”.*/

||E|| - Correta. De acordo com o art. 144, § 5.º e § 5.º-A, da CF, “As polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.” Já “às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais”.*/

Questão 48

Conforme previsto no texto constitucional, integra tanto o Conselho da República quanto o Conselho de Defesa Nacional o

Ⓐ ministro das Relações Exteriores.

Ⓑ ministro de Estado da Defesa.

Ⓒ ministro do Planejamento.

Ⓓ ministro da Justiça.

Ⓔ chefe da Casa Civil.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme a CF (art. 89, inciso VI, e art. 91, inciso IV), o ministro da Justiça é o único, entre as opções propostas, que integra ambos os conselhos, o da República e o de Defesa Nacional.*/

||B|| - Incorreta. Conforme a CF (art. 89, inciso VI, e art. 91, inciso IV), o ministro da Justiça é o único, entre as opções propostas, que integra ambos os conselhos, o da República e o de Defesa Nacional.*/

||C|| - Incorreta. Conforme a CF (art. 89, inciso VI, e art. 91, inciso IV), o ministro da Justiça é o único, entre as opções propostas, que integra ambos os conselhos, o da República e o de Defesa Nacional.*/

||D|| - Correta. Conforme a CF (art. 89, inciso VI, e art. 91, inciso IV), o ministro da Justiça é o único, entre as opções propostas, que integra ambos os conselhos, o da República e o de Defesa Nacional.*/

||E|| - Incorreta. Conforme a CF (art. 89, inciso VI, e art. 91, inciso IV), o ministro da Justiça é o único, entre as opções propostas, que integra ambos os conselhos, o da República e o de Defesa Nacional.*/

Questão 49

Frederico, oficial da polícia militar do estado X, cometeu crime contra patrimônio sob administração militar; Leonardo, sargento da polícia militar do mesmo estado, praticou, no cumprimento de suas atribuições, crime doloso contra a vida de um civil, que veio a óbito; João, cabo da polícia militar também do estado X, é alvo de ação judicial ajuizada em razão de ato disciplinar militar praticado por ele.

Nessa situação hipotética, a justiça militar do estado X será competente para processar e julgar

Ⓐ Frederico, apenas.

Ⓑ Leonardo, apenas.

Ⓒ Frederico e João, apenas.

Ⓓ Leonardo e João, apenas.

Ⓔ Frederico, Leonardo e João.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Segundo o disposto no art. 125, § 4.º, da CF, compete à justiça militar estadual processar e julgar os militares dos estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações

judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças, ou seja, apenas Leonardo, que cometeu crime doloso contra a vida de civil, não será julgado pela justiça militar estadual.*/

||B|| - Incorreta. Segundo o disposto no art. 125, § 4.º, da CF, compete à justiça militar estadual processar e julgar os militares dos estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças, ou seja, apenas Leonardo, que cometeu crime doloso contra a vida de civil, não será julgado pela justiça militar estadual.*/

||C|| - Correta. Segundo o disposto no art. 125, § 4.º, da CF, compete à justiça militar estadual processar e julgar os militares dos estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças, ou seja, apenas Leonardo, que cometeu crime doloso contra a vida de civil, não será julgado pela justiça militar estadual.*/

||D|| - Incorreta. Segundo o disposto no art. 125, § 4.º, da CF, compete à justiça militar estadual processar e julgar os militares dos estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças, ou seja, apenas Leonardo, que cometeu crime doloso contra a vida de civil, não será julgado pela justiça militar estadual.*/

||E|| - Incorreta. Segundo o disposto no art. 125, § 4.º, da CF, compete à justiça militar estadual processar e julgar os militares dos estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças, ou seja, apenas Leonardo, que cometeu crime doloso contra a vida de civil, não será julgado pela justiça militar estadual.*/

Questão 50

Assinale a opção em que é corretamente citado princípio implícito da administração pública.

- A publicidade
- B eficiência
- C moralidade
- D proporcionalidade
- E impessoalidade

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Contudo, a legislação não versa de forma expressa sobre a proporcionalidade, que é

considerada pela doutrina um princípio implícito da administração pública.*/

||B|| - Incorreta. A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Contudo, a legislação não versa de forma expressa sobre a proporcionalidade, que é considerada pela doutrina um princípio implícito da administração pública.*/

||C|| - Incorreta. A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Contudo, a legislação não versa de forma expressa sobre a proporcionalidade, que é considerada pela doutrina um princípio implícito da administração pública.*/

||D|| - Correta. A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Contudo, a legislação não versa de forma expressa sobre a proporcionalidade, que é considerada pela doutrina um princípio implícito da administração pública.*/

||E|| - Incorreta. A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Contudo, a legislação não versa de forma expressa sobre a proporcionalidade, que é considerada pela doutrina um princípio implícito da administração pública.*/

Questão 51

No que diz respeito aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A Em observância ao atributo da presunção de legitimidade, os atos administrativos podem ser executados diretamente pela própria administração pública, independentemente de autorização dos Poderes Judiciário e Legislativo.
- B A convalidação supre o vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que foi praticado.
- C A administração pública pode anular ato administrativo editado em conformidade com a lei por razões de conveniência e oportunidade.
- D Haja vista a prevalência do interesse público sobre o privado, os atos administrativos podem sempre ser anulados ou modificados, não se aplicando qualquer prazo decadencial.
- E Por meio do ato administrativo vinculado, a lei concede à administração pública a liberdade de escolher entre diferentes soluções para um problema, dentro dos limites estabelecidos por lei, conforme conveniência e oportunidade, para atender ao interesse público.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O atributo da autoexecutoriedade é que dispõe que os atos administrativos podem ser executados pela própria Administração Pública diretamente, independentemente de intervenção do Poder Judiciário.*/

||B|| - Correta. Segundo a doutrina, convalidação ou saneamento é o ato administrativo pelo qual é suprido vício existente em ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado.*/

||C|| - Incorreta. Segundo a doutrina, a anulação de ato administrativo pressupõe a existência de ilegalidade.*/

||D|| - Incorreta. Os atos administrativos também estão sujeitos à decadência. O artigo 54 da Lei n.º 9.784/99 prescreve o prazo decadencial de 5 anos.*/

||E|| - Incorreta. A definição dada pelo item é a de ato discricionário. O ato vinculado é aquele que contém todos os seus elementos constitutivos na lei, não existindo possibilidade de subjetivismo ou valoração do administrador.*/

Questão 52

A faculdade de que dispõe a administração pública de condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades ou direitos individuais em benefício da coletividade denomina-se poder

- Ⓐ hierárquico.
- Ⓑ disciplinar.
- Ⓒ regulamentar.
- Ⓓ normativo.
- Ⓔ de polícia.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Segundo a doutrina, poder de polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades, e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado.*/

||B|| - Incorreta. Segundo a doutrina, poder de polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades, e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado.*/

||C|| - Incorreta. Segundo a doutrina, poder de polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades, e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado.*/

||D|| - Incorreta. Segundo a doutrina, poder de polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades, e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado.*/

||E|| - Correta. Segundo a doutrina, poder de polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades, e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado.*/

Questão 53

José, policial militar da PMDF, conduzia uma viatura durante operação de serviço, quando se envolveu em acidente de trânsito com Pedro, que dirigia seu carro particular.

Nessa situação hipotética, no que concerne à responsabilidade civil do Estado,

- Ⓐ o Distrito Federal somente será responsabilizado se houver demonstração de dolo ou culpa de José, haja vista a predominância do interesse público sobre o interesse privado.
- Ⓑ independentemente da demonstração de dolo ou culpa de José, caso o Distrito Federal seja responsabilizado, haverá a possibilidade de ação de regresso em face do policial militar.
- Ⓒ caso fique demonstrada a culpa concorrente de Pedro para o acidente, a responsabilidade civil do Distrito Federal será atenuada, porém não excluída.
- Ⓓ a responsabilidade civil do Distrito Federal é objetiva, com fundamento na teoria do risco integral.
- Ⓔ para a responsabilização civil do Distrito Federal, há necessidade apenas de demonstração da ação ou omissão do agente José e do dano a Pedro.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A responsabilidade civil do Estado é objetiva com fundamento na teoria do risco administrativo, de modo que,

para a responsabilização do DF, há necessidade de demonstração da ação ou omissão, do nexo de causalidade e do dano.*/

||B|| - Incorreta. O direito de regresso na responsabilidade civil do Estado depende da demonstração de dolo ou culpa do agente, de sorte que somente nessas hipóteses José poderia ser responsabilizado.*/

||C|| - Correta. A culpa concorrente é hipótese de atenuante da responsabilidade civil do Estado, porém não a exclui.*/

||D|| - Incorreta. A responsabilidade civil do Estado é objetiva, fundada na teoria do risco administrativo.*/

||E|| - Incorreta. Para a responsabilidade civil do Estado, há necessidade de demonstração da ação ou omissão do Estado, do dano e do nexo de causalidade.*/

Questão 54

De acordo com o Decreto n.º 11.531/2023, a proposta de trabalho para a celebração de convênios ou contratos de repasse deverá conter, entre outros elementos mínimos,

- Ⓐ a justificativa para a sua execução.
- Ⓑ a descrição completa do objeto, das metas e das etapas.
- Ⓒ a demonstração da compatibilidade de custos.
- Ⓓ o cronograma físico e financeiro.
- Ⓔ o plano detalhado de aplicação.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Decreto n.º 11.531/2023.

Art. 7.º (...)

§ 1.º A proposta de trabalho de que trata o *caput* conterà, no mínimo:

- I – a descrição do objeto;
- II – a justificativa para a sua execução;
- III – a estimativa dos recursos financeiros; e
- IV – a previsão do prazo para a execução do objeto.*/

||B|| - Incorreta. Trata-se de elemento mínimo do plano de trabalho, de acordo com o § 2.º do art. 7.º do Decreto n.º 11.531/2023, e não de elemento obrigatório da proposta de trabalho.*/

||C|| - Incorreta. Trata-se de elemento mínimo do plano de trabalho, de acordo com o § 2.º do art. 7.º do Decreto n.º 11.531/2023, e não de elemento obrigatório da proposta de trabalho.*/

||D|| - Incorreta. Trata-se de elemento mínimo do plano de trabalho, de acordo com o § 2.º do art. 7.º do Decreto n.º 11.531/2023, e não de elemento obrigatório da proposta de trabalho.*/

||E|| - Incorreta. Trata-se de elemento mínimo do plano de trabalho, de acordo com o § 2.º do art. 7.º do Decreto n.º 11.531/2023, e não de elemento obrigatório da proposta de trabalho.*/

Questão 55

No que se refere ao concurso de pessoas, assinale a opção correta com base no direito penal brasileiro.

- Ⓐ No concurso de pessoas, cada agente responde apenas pela execução que realizou, sem responsabilização pelos atos dos demais.
- Ⓑ A participação de menor de idade, devido à sua inimputabilidade, impede o reconhecimento do concurso de pessoas, respondendo pelo crime apenas o(s) participante(s) maior(es) de idade.
- Ⓒ Para o concurso de pessoas, o Código Penal adota a teoria unitária ou monística, segundo a qual todos os concorrentes respondem pelo mesmo crime, ressalvadas circunstâncias pessoais.

- Ⓓ No concurso de pessoas, é sempre aplicada a mesma pena tanto para autores quanto para partícipes do crime.
- Ⓔ A adesão ao crime após sua consumação, a exemplo da receptação de objeto adquirido por meio de furto, configura concurso de pessoas.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. No concurso de pessoas, todos os agentes respondem pelo fato global, conforme o art. 29 do Código Penal (teoria unitária, monística ou monista), salvo exceções expressas.* /

||B|| - Incorreta. A inimputabilidade do menor não impede o concurso; o maior responde criminalmente.* /

||C|| - Correta. Conforme interpretação doutrinária do art. 29 do Código Penal, a norma penal brasileira adota a teoria monística, com ressalva quanto à comunicabilidade das circunstâncias pessoais (art. 30). Segundo a teoria unitária, monística ou monista, quem concorre para um crime por ele responde. Todos os coautores e partícipes se sujeitam a um único tipo penal, havendo um único crime com diversos agentes.* /

||D|| - Incorreta. As penas podem variar conforme a contribuição individual, especialmente no caso de participação de menor importância.* /

||E|| - Incorreta. Quem adere após a consumação não participa do crime original; pode responder por delito autônomo, como receptação.* /

Questão 56

No que concerne ao indulto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para a concessão de indulto, consideram-se a duração da pena aplicada e o preenchimento de determinados requisitos, que devem ser objetivos.
- Ⓑ O indulto é modalidade de clemência concedida espontaneamente pelo presidente da República e extingue a punibilidade, conforme previsto no Código Penal.
- Ⓒ É requisito para a concessão do benefício de indulto o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- Ⓓ O indulto substitui a pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos.
- Ⓔ Para que o indulto produza efeitos após a sua concessão, é necessária a aceitação do condenado beneficiado.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Para a concessão do indulto levam-se em consideração a duração da pena aplicada e o preenchimento de determinados requisitos objetivos, sendo também considerados requisitos subjetivos, como a primariedade.* /

||B|| - Correta. O indulto é modalidade de clemência concedida espontaneamente pelo presidente da República, sendo causa legal de extinção da punibilidade, segundo o Código Penal.* /

||C|| - Incorreta. Para a concessão do indulto, não se faz necessário o trânsito em julgado da sentença condenatória. A jurisprudência do STF já não reclama o trânsito em julgado da condenação para a sua concessão.* /

||D|| - Incorreta. O indulto não substitui a pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos, ele extingue a punibilidade.* /

||E|| - Incorreta. O indulto é ato unilateral do Poder Executivo e independe da vontade do condenado.* /

Questão 57

Durante a madrugada de determinado dia, Carlos adentrou-se, pela janela, em uma residência sem causar dano, e de lá subtraiu objetos de valor. Antes de sair, ele foi surpreendido pelos moradores da referida residência, contra os quais empregou violência para assegurar a posse dos bens subtraídos. Em seguida, Carlos fugiu.

Nessa situação hipotética, Carlos praticou

- Ⓐ furto qualificado pelo rompimento de obstáculo.
- Ⓑ roubo impróprio.
- Ⓒ furto simples, com aumento de pena pela invasão da residência.
- Ⓓ roubo próprio.
- Ⓔ invasão de domicílio e furto, em concurso material.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Não houve rompimento de obstáculo, e o uso da violência após a subtração configura roubo impróprio, conforme art. 157, § 1.º, do Código Penal.* /

||B|| - Correta. O agente praticou roubo impróprio, de acordo com o previsto no art. 157, § 1.º, do Código Penal: subtração sem violência, mas uso de violência posterior para garantir a posse.* /

||C|| - Incorreta. A violência posterior exclui a possibilidade de tipificação como furto simples.* /

||D|| - Incorreta. No roubo próprio, a violência é anterior ou concomitante à subtração dos bens.* /

||E|| - Incorreta. Não ocorre concurso material, porque o crime de invasão é absorvido pelo de roubo.* /

Questão 58

Suponha que um indivíduo, após invadir uma residência, empregue grave ameaça para subtrair bens, cometendo o crime de roubo. Com base nessa situação hipotética e nas regras de solução do conflito aparente de normas penais, é correto afirmar que esse indivíduo, após ser regularmente processado, deverá responder

- Ⓐ pelos crimes de roubo e de violação de domicílio, em concurso material.
- Ⓑ apenas pelo crime de violação de domicílio, que é mais grave que o de roubo.
- Ⓒ apenas pelo crime de roubo, uma vez que ele absorve o crime de invasão de domicílio, aplicando-se o princípio da especialidade.
- Ⓓ pelos crimes de roubo e de violação de domicílio, aplicando-se o princípio da subsidiariedade.
- Ⓔ apenas pelo crime de violação de domicílio, pois o roubo é fato atípico nesse caso.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Não há concurso material. Aplica-se o princípio da especialidade.* /

||B|| - Incorreta. O crime mais grave (roubo) não é afastado.* /

||C|| - Correta. A norma do roubo absorve a de violação de domicílio, pois contém previsão mais abrangente.* /

||D|| - Incorreta. A subsidiariedade não se aplica quando há especialidade.* /

||E|| - Incorreta. O roubo é perfeitamente típico e absorve a conduta de entrada na residência.* /

Questão 59

Durante uma discussão, João sacou uma arma de fogo e atirou na direção de Marcos, tendo-o atingido no peito. Marcos veio a óbito antes de ser socorrido. Após a realização de perícia, confirmou-se que o tiro disparado por João fora a causa da morte de Marcos. No dia do crime, João fugiu, mas foi preso dias depois.

Nesse caso, João praticou

- Ⓐ homicídio doloso consumado.
- Ⓑ homicídio culposo.
- Ⓒ lesão corporal seguida de morte.
- Ⓓ lesão corporal de natureza grave.
- Ⓔ homicídio privilegiado.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. João teve dolo direto de matar, e o crime se consumou.*/
 ||B|| - Incorreta. A conduta de João evidencia a intenção de matar, excluindo o homicídio culposo.*/
 ||C|| - Incorreta. Não há dolo apenas na lesão; o dolo é no homicídio.*/
 ||D|| - Incorreta. Além do dolo, a morte se consumou, logo não se trata de lesão corporal de natureza grave.*/
 ||E|| - Incorreta. Não há dados sobre motivação nobre ou emoção relevante que justifiquem a forma privilegiada.*/
Questão 60

Durante um plantão policial, o delegado de polícia civil responsável pela delegacia de determinada circunscrição policial tomou ciência de crime ocorrido em bairro fora de sua circunscrição, crime que poderia ensejar a propositura de ação penal pública incondicionada. Sem que houvesse situação de flagrante delito ou urgência, o delegado de polícia instaurou o inquérito policial e realizou diversas diligências investigatórias iniciais, entre elas, a oitiva de testemunhas. No dia seguinte, encaminhou os autos ao delegado de polícia responsável pela área onde ocorreria o crime.

Considerando a situação hipotética precedente e as disposições do Código de Processo Penal (CPP), assinale a opção correta.

- Ⓐ O inquérito policial instaurado e as diligências investigatórias realizadas são nulos, pois o delegado de polícia não possuía competência territorial para a apuração do crime e não havia situação de urgência que ensejasse sua atuação.
- Ⓑ O delegado de polícia agiu corretamente, pois a notícia do crime autoriza a instauração do inquérito policial, independentemente da circunscrição na qual o crime foi cometido.
- Ⓒ A instauração do inquérito policial é válida embora as diligências investigatórias praticadas sejam ineficazes, por ausência de competência funcional do delegado de polícia.
- Ⓓ A atuação do delegado de polícia fora de sua circunscrição é válida, pois a lei processual penal não exige urgência para a realização das diligências investigatórias iniciais.
- Ⓔ O inquérito policial deveria ter sido iniciado exclusivamente mediante requisição do Ministério Público, porque o fato delituoso ocorreu fora da área de atuação do delegado de polícia.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Nos termos do art. 22 do CPP, a atuação de delegado fora de sua circunscrição só é autorizada em situação de urgência ou necessidade imediata. Na ausência de tais circunstâncias, os atos são inválidos.*/
 ||B|| - Incorreta. O simples conhecimento do crime não autoriza atuação fora da circunscrição, sem urgência.*/
 ||C|| - Incorreta. Sem competência, a própria instauração do inquérito e as diligências são inválidas, não apenas ineficazes.*/
 ||D|| - Incorreta. O art. 22 do CPP exige urgência para autorizar a prática de atos fora da área de competência do delegado.*/
 ||E|| - Incorreta. Em crimes de ação pública incondicionada, o delegado pode agir de ofício, independentemente de requisição do MP (CPP, art. 5.º, I).*/

Questão 61

No âmbito de determinado processo penal, o juiz condenou o réu em decisão fundamentada exclusivamente nos elementos informativos colhidos durante a fase do inquérito policial, sem que estes tivessem sido reproduzidos no juízo criminal. Os elementos informativos colhidos durante o inquérito policial não se referiam a provas cautelares, não repetíveis ou antecipadas.

Nessa situação hipotética, de acordo com as disposições do CPP,

- Ⓐ a condenação do réu é válida, pois o inquérito policial goza de presunção de veracidade absoluta.
- Ⓑ a condenação do réu é inválida, pois o juiz não pode fundamentá-la com base exclusivamente nos elementos informativos colhidos no inquérito policial.
- Ⓒ o inquérito policial equivale a prova judicial válida para a condenação do réu.
- Ⓓ a ausência de contraditório no inquérito policial afeta a validade dos elementos informativos utilizados para embasar a condenação do réu.
- Ⓔ a validade da condenação criminal do réu depende da homologação prévia do inquérito policial pelo Ministério Público.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O inquérito policial não tem presunção de veracidade absoluta; é um procedimento informativo, no qual o contraditório é diferido ou postergado (CPP, art. 155).*/
 ||B|| - Correta. A condenação não pode basear-se exclusivamente nos elementos de informação colhidos no inquérito policial, exceto se forem provas cautelares, não repetíveis ou antecipadas, não sendo o caso em questão (CPP, art. 155).*/
 ||C|| - Incorreta. O inquérito policial não equivale à prova judicial, que é produzida sob contraditório no âmbito judicial; no inquérito policial, são colhidos elementos de informação.*/
 ||D|| - Incorreta. A ausência de contraditório no inquérito policial não afeta a validade dos elementos informativos utilizados para embasar a condenação do réu, visto que o contraditório, nesse caso, é diferido.*/
 ||E|| - Incorreta. Não há previsão de homologação de inquérito pelo Ministério Público.*/
Questão 62

Em ação penal instaurada para apurar a prática do crime de homicídio, o único elemento que vinculava o agente ao crime era sua confissão, feita à autoridade policial fora de juízo e sem a presença de seu defensor. A ação penal foi instaurada após o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público, com base exclusivamente na confissão informal do agente, que não a contestou.

Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto no CPP,

- Ⓐ a confissão extrajudicial é suficiente para fundamentar, isoladamente, a condenação.
- Ⓑ a prova é válida, pois a autoridade policial é agente público regularmente investido.
- Ⓒ a confissão extrajudicial do acusado, por ter sido feita na ausência de seu defensor, é inválida e não é apta a fundamentar a sua condenação.
- Ⓓ a prova não é válida, devido à ausência de contraditório na fase extrajudicial.
- Ⓔ a prova é válida, devido à ausência de impugnação pelo acusado.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Para que a confissão extrajudicial seja admitida, é necessária a presença de defensor. Na situação hipotética, o

agente confessou extrajudicialmente sem a presença de seu defensor, portanto a confissão extrajudicial não pode ser valorada para a condenação do agente.*/

||B|| - Incorreta. A confissão extrajudicial, no caso em questão, é inválida, pois foi feita sem contraditório e sem defensor, não bastando para a condenação do agente.*/

||C|| - Correta. A confissão do acusado, por ter sido feita na ausência de seu defensor, é inválida, não podendo fundamentar a condenação do acusado.*/

||D|| - Incorreta. A prova não é válida, e não porque não houve contraditório, mas porque foi obtida sem a presença do defensor do acusado.*/

||E|| - Incorreta. A ausência de impugnação pelo acusado não torna válida a prova.*/

Questão 63

Durante investigação criminal, determinada testemunha afirmou ter presenciado a prática do crime e descreveu fisicamente o suposto autor do delito. No entanto, a testemunha não foi convidada a apontar o suposto autor entre outras pessoas fisicamente semelhantes, nem presencialmente nem por meio de fotografias. O delegado de polícia instaurou inquérito policial e, ao final, indiciou o suposto autor do delito apenas com base na descrição verbal da testemunha.

Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições do CPP, assinale a opção correta.

- Ⓐ O reconhecimento informal da testemunha é suficiente para justificar, isoladamente, o indiciamento e a eventual condenação do suspeito.
- Ⓑ O reconhecimento pessoal não atendeu ao procedimento específico previsto no CPP, sendo, portanto, passível de nulidade.
- Ⓒ O reconhecimento pessoal realizado por descrição verbal dispensa a sua formalização se corroborado por outras provas.
- Ⓓ A ausência de formalidade no reconhecimento pessoal poderá ser suprida pela oitiva judicial da testemunha.
- Ⓔ O reconhecimento fotográfico, por si só, dispensa o reconhecimento judicial.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O reconhecimento informal não é suficiente, por si só, para embasar condenação.*/

||B|| - Correta. O reconhecimento deve obedecer ao rito formal previsto no art. 226 do CPP, sob pena de nulidade.*/

||C|| - Incorreta. O reconhecimento verbal não dispensa o procedimento formal previsto no CPP.*/

||D|| - Incorreta. A oitiva posterior da testemunha não supre a ausência do reconhecimento formal.*/

||E|| - Incorreta. O reconhecimento fotográfico, por si só, não substitui o reconhecimento pessoal formal.*/

Questão 64

Durante o trâmite de ação penal pública, o ofendido apresentou ao juiz pedido de habilitação como assistente da acusação. O juiz, por meio de despacho, admitiu a habilitação do ofendido sem ouvir previamente o Ministério Público.

Tendo por base a situação hipotética apresentada e as disposições do CPP, assinale a opção correta.

- Ⓐ O juiz agiu corretamente, pois a admissão do assistente independe da oitiva do Ministério Público.
- Ⓑ O requerimento do ofendido é cabível, porém a ausência de oitiva do Ministério Público é vício que poderá acarretar a nulidade do despacho que admitiu a habilitação.
- Ⓒ Apesar de o despacho que admitiu a habilitação do assistente ser irrecurável, houve nulidade no ato de admissão, em razão de o Ministério Público não ter sido ouvido previamente.

Ⓓ A intervenção do assistente de acusação só teria sido válida se tivesse ocorrido na fase recursal, não sendo admitida no curso do processo penal.

Ⓔ Pessoa que seja corréu no mesmo processo pode intervir como assistente de acusação, desde que concorde com a imputação feita ao corréu principal.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. De acordo com o art. 272 do CPP, o Ministério Público deve ser ouvido previamente sobre a admissão do assistente.*/

||B|| - Incorreta. A ausência de oitiva do Ministério Público não gera a nulidade da decisão que admitiu o assistente, produzindo apenas vício formal no ato de admissão.*/

||C|| - Correta. O despacho que admite o assistente é irrecurável (CPP, art. 273), mas o Ministério Público deve ser ouvido previamente (CPP, art. 272).*/

||D|| - Incorreta. O assistente atua durante toda a ação pública (CPP, art. 268), inclusive na instrução processual penal.*/

||E|| - Incorreta. Não é permitido ao corréu atuar como assistente da acusação (CPP, art. 270).*/

Questão 65

Em relação às medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em caso de prisão em flagrante decorrente do descumprimento de medidas protetivas de urgência deferidas por decisão judicial, o delegado ou a autoridade judicial poderá conceder fiança ao agressor.
- Ⓑ Somente se configura o crime de descumprimento de medida protetiva de urgência se a decisão judicial que as deferiu tiver sido proferida por juiz com competência criminal.
- Ⓒ Verificada a ocorrência do crime de descumprimento de medida protetiva de urgência, a autoridade judicial não poderá aplicar outras sanções legais além das previstas para esse crime, sob pena de infringir o princípio *non bis in idem*.
- Ⓓ O juiz pode, quando necessário, conceder à ofendida, entre outras medidas protetivas de urgência, auxílio-aluguel, por período não superior a 6 meses, devendo seu valor ser fixado em função da situação de vulnerabilidade social e econômica da ofendida.
- Ⓔ As medidas protetivas de urgência podem ser concedidas pelo juiz, a pedido da ofendida ou a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Na hipótese de prisão em flagrante, somente a autoridade judicial poderá conceder a fiança, segundo dispõe o art. 24-A, § 2.º, da Lei n.º 11.340/2006.*/

||B|| - Incorreta. O crime restará configurado independentemente da competência cível ou criminal do juiz que deferiu as medidas protetivas de urgência, nos termos do art. 24-A, § 1.º, da Lei n.º 11.340/2006.*/

||C|| - Incorreta. Há previsão legal que permite a aplicação de outras sanções cabíveis, nos termos do art. 24-A, § 3.º, da Lei n.º 11.340/2006.*/

||D|| - Correta. Nos termos do inciso VI do art. 23 da Lei n.º 11.340/2006, inciso incluído pela Lei n.º 14.674/2023, o juiz poderá, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas, conceder à ofendida auxílio-aluguel, com valor fixado em função

de sua situação de vulnerabilidade social e econômica, por período não superior a 6 meses.*/

||E|| - Incorreta. Nos termos do art. 19 da Lei n.º 11.340/2006, as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, não existindo previsão na lei para que o delegado, em nome próprio, formule pedido de concessão de medida protetiva de urgência. A vítima, ao ser ouvida pela autoridade policial e ao ser cientificada de seus direitos, declara que está solicitando a concessão de uma ou mais medidas protetivas, e esse pedido é remetido pelo delegado ao juiz para análise.*/

Questão 66

Com base na Lei n.º 12.850/2013, que dispõe sobre crime organizado, assinale a opção correta.

- Ⓐ A organização criminosa se caracteriza pela associação de três ou mais pessoas, estruturalmente ordenadas e com divisão de tarefas, ainda que informal, com o objetivo de praticar crimes para obtenção de vantagem de qualquer natureza.
- Ⓑ Se houver a participação de criança ou adolescente na prática das condutas criminosas previstas na citada lei, a pena dos agentes será aumentada até a metade.
- Ⓒ A pena do agente que praticar as condutas previstas na referida lei será aumentada de 1/6 a 2/3 se o produto ou o proveito da infração penal se destinar, ainda que em parte, ao exterior.
- Ⓓ Se a organização criminosa atuar mediante o emprego de arma de fogo, a pena dos agentes será aumentada em até 1/3.
- Ⓔ Admite-se como meio de obtenção de prova o acordo de colaboração premiada, sendo o início das negociações demarcado pelo recebimento da proposta para a formalização desse acordo, cuja celebração constituirá o marco de confidencialidade.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A organização criminosa pressupõe a associação de quatro ou mais pessoas, conforme art. 1.º, § 1.º, da Lei n.º 12.850/2013.*/

||B|| - Incorreta. O aumento de pena será de 1/6 a 2/3 na hipótese descrita, conforme art. 2.º, § 4.º, I da Lei n.º 12.850/2013.*/

||C|| - Correta. O aumento de pena será de 1/6 a 2/3 na hipótese descrita, conforme art. 2.º, § 4.º, III da Lei n.º 12.850/2013.*/

||D|| - Incorreta. O uso de arma de fogo acarreta o aumento de pena até a metade, segundo o art. 2.º, § 2.º, da Lei n.º 12.850/2013.*/

||E|| - Incorreta. De acordo com os arts. 3.º-A e 3.º-B da Lei n.º 12.850/2013, a colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, mas o seu marco de confidencialidade se dá no momento do recebimento da proposta para formalização de acordo de colaboração, e não no momento de sua celebração.*/

Questão 67

Em relação aos crimes de tortura, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 9.455/1997.

- Ⓐ Os crimes de tortura são inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.
- Ⓑ Aqueles que forem condenados por crime de tortura, bem como aqueles que se omitirem diante da prática desse crime, deverão iniciar o cumprimento de suas penas em regime fechado.
- Ⓒ A condenação de um agente público pelo crime de tortura acarretará a interdição para o exercício de função pública pelo mesmo prazo da pena a ele aplicada.

Ⓓ A condenação de um agente público pelo crime de tortura acarretará apenas a perda do cargo, da função ou do emprego público.

Ⓔ A referida lei não é aplicável ao agente que praticar o crime de tortura em território estrangeiro, ainda que a vítima seja brasileira.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, nos termos do art. 1.º, § 6.º, da Lei n.º 9.455/1997.*/

||B|| - Incorreta. Há exceção expressamente prevista aos casos de omissão, segundo o art. 1.º, § 2.º, da Lei n.º 9.455/1997.*/

||C|| - Incorreta. A perda do cargo, função ou emprego público será pelo dobro do prazo da pena aplicada, de acordo com o art. 1.º, § 5.º, da Lei n.º 9.455/1997.*/

||D|| - Incorreta. A condenação do agente público ao crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o exercício de função pública pelo dobro do prazo da pena aplicada ao agente, de acordo com o art. 1.º, § 5.º, da Lei n.º 9.455/1997.*/

||E|| - Incorreta. O artigo 2.º da Lei n.º 9.455/1997 prevê ser aplicável esta lei quando o crime não tiver sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.*/

Questão 68

Em relação às formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, julgue os itens seguintes, conforme a Lei Maria da Penha.

- I Configura-se violência psicológica quando o agente pratica qualquer conduta que ofenda a dignidade da mulher por meio, por exemplo, da prática de injúria.
- II De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.
- III A violência física é caracterizada pela prática de qualquer conduta que vise controlar as ações da mulher, mediante ameaça, vigilância constante, perseguição contumaz, exploração e limitação do seu direito de ir e vir.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O item I está errado. Nos termos do art. 7.º, inciso V, da Lei Maria da Penha, a conduta descrita se amolda à violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.*/

||B|| - Correta. Apenas o item II está certo.

O item I está errado. Nos termos do art. 7.º, inciso V, da Lei Maria da Penha, a conduta descrita se amolda à violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

O item II está certo. Nos termos do art. 6.º da Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

O item III está errado. Nos termos do art. 7.º, inciso II, da Lei Maria da Penha, a conduta descrita se amolda à violência psicológica.*/

||C|| - Incorreta. O item I está errado. Nos termos do art. 7.º, inciso V, da Lei Maria da Penha, a conduta descrita se amolda à violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

O item III está errado. Nos termos do art. 7.º, inciso II, da Lei Maria da Penha, a conduta descrita se amolda à violência psicológica.*

||D|| - Incorreta. O item III está errado. Nos termos do art. 7.º, inciso II, da Lei Maria da Penha, a conduta descrita se amolda à violência psicológica.*

||E|| - Incorreta. Apenas o item II está certo.*

Questão 69

Acerca de abuso de autoridade, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 13.869/2019.

- Ⓐ Os crimes previstos na citada lei são de ação penal pública condicionada à representação.
- Ⓑ Aquele que exerce função, transitoriamente e sem remuneração, em órgão do Poder Judiciário é considerado agente público para fins de aplicação da referida lei.
- Ⓒ Não se admite o ajuizamento de ação penal privada nos crimes previstos na referida lei, ainda que o Ministério Público não ofereça denúncia no prazo legal.
- Ⓓ Inclui-se entre os efeitos da condenação pelos crimes previstos na citada lei a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública por período não superior a quatro anos.
- Ⓔ A perda do cargo, do mandato ou da função pública é efeito automático da condenação por crime previsto na citada lei.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A ação penal pública é incondicionada, segundo o art. 3.º da Lei n.º 13.869/2019.*

||B|| - Correta. De acordo com o art. 2.º, parágrafo único, da Lei n.º 13.869/2019, considera-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pelo *caput* deste artigo.*

||C|| - Incorreta. Nos termos do art. 3.º, § 1.º, da Lei n.º 13.869/2019, será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal.*

||D|| - Incorreta. Nos termos do art. 4.º, II, da Lei n.º 13.869/2019, o período é de 1 a 5 anos no caso de inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública.*

||E|| - Incorreta. Nos termos do art. 4.º, parágrafo único, da Lei n.º 13.869/2019, os efeitos previstos nos incisos II e III do *caput* deste artigo são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença.*

Questão 70

De acordo com a Lei Maria da Penha, assinale a opção correta.

- Ⓐ Feito o registro da ocorrência, em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial deverá, de imediato, colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias.
- Ⓑ A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência durante o atendimento policial somente adotará as providências legais cabíveis quando da confirmação da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Ⓒ A autoridade policial que atender uma mulher em situação de violência doméstica deverá garantir a imediata proteção policial da vítima e comunicar o fato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário no prazo de 24 horas.

Ⓓ Feito o registro da ocorrência, nos casos de violência física contra a mulher, a autoridade policial deverá remeter, no prazo de 24 horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida para concessão de medidas protetivas de urgência.

Ⓔ Verificada a existência de risco à vida da mulher em situação de violência doméstica ou familiar, caberá ao policial, em qualquer hipótese, afastar imediatamente o agressor do lar de convivência com a ofendida.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Nos termos do art. 12, inciso II, da Lei n.º 11.340/2006, em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias.*

||B|| - Incorreta. Nos termos do art. 10 da Lei n.º 11.340/2006, na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.*

||C|| - Incorreta. A comunicação será imediata, nos termos do art. 11, inciso I, da Lei n.º 11.340/2006, no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências, garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato o Ministério Público e o Poder Judiciário.*

||D|| - Incorreta. O procedimento deverá ser adotado em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher e o prazo de remessa será de 48 horas, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei n.º 11.340/2006.*

||E|| - Incorreta. O policial somente adotará as medidas caso não seja sede de comarca e não exista delegado disponível no momento da denúncia, de acordo com o art. 12-C da Lei n.º 11.340/2006.*

Questão 71

De acordo com o artigo 149 do Código Penal Militar (CPM), configura-se o crime de motim quando militares se reúnem com o propósito de

- Ⓐ agir contra a ordem recebida de superior ou negar-se a cumpri-la.
- Ⓑ praticar, armados, violência contra pessoas ou bens públicos ou particulares, em locais sujeitos ou não à administração militar.
- Ⓒ deixar de informar ao superior sobre a preparação de um motim ou revolta, ou, estando presente ao ato criminoso, não utilizar todos os meios ao seu alcance para impedi-lo.
- Ⓓ concertar-se com outros militares para a prática do crime de motim, antes de sua execução.
- Ⓔ aliciar outro militar para a prática do crime de motim ou revolta.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Conforme o artigo 149, inciso I, do CPM, caracteriza-se o crime de motim quando militares se reúnem “agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la”.*

||B|| - Incorreta. A conduta descrita na opção está tipificada no artigo 150 do CPM, que trata da “organização de grupo para a prática de violência”, e não no artigo 149, que trata do motim.*

||C|| - Incorreta. A ação descrita na opção configura o crime de “omissão de lealdade militar”, previsto no artigo 151 do CPM, e não o crime de motim.*/
 ||D|| - Incorreta. A conduta descrita na opção refere-se ao crime de “conspiração”, previsto no artigo 152 do CPM, que trata do ajuste prévio para a prática do motim, e não do motim em si.*/
 ||E|| - Incorreta. A ação descrita na opção está prevista no artigo 154 do CPM, que trata da “aliciação para motim ou revolta”, que é distinta do crime de motim propriamente dito.*/
Questão 72
 Entre as penas principais previstas no artigo 55 do CPM, consta a de

- Ⓐ prestação de serviço comunitário.
- Ⓑ morte.
- Ⓒ multa.
- Ⓓ suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função.
- Ⓔ reforma.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Prestação de serviço comunitário não figura entre as penas principais previstas no art. 55 do CPM.*/
 ||B|| - Correta. Conforme o art. 55 do CPM, a pena de morte pode ser aplicada em tempo de guerra e é uma das penas principais.*/
 ||C|| - Incorreta. Multa não figura entre as penas principais previstas no art. 55 do CPM.*/
 ||D|| - Incorreta. A pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função era considerada uma pena principal, mas essa consideração foi revogada pela Lei n.º 14.688/2023. Sendo assim, essa pena não é mais uma pena principal prevista no art. 55 do CPM.*/
 ||E|| - Incorreta. A pena de reforma era considerada uma pena principal, mas essa consideração foi revogada pela Lei n.º 14.688/2023. Sendo assim, essa pena não é mais uma pena principal prevista no art. 55 do CPM.*/
Questão 73
 De acordo com o artigo 123 do CPM, extingue-se a punibilidade

- Ⓐ pela reabilitação.
- Ⓑ pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.
- Ⓒ pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.
- Ⓓ pelo perdão aceito, nos crimes de ação pública.
- Ⓔ pela morte do ofendido.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A reabilitação foi revogada como causa de extinção da punibilidade pela Lei n.º 14.688/2023.*/
 ||B|| - Incorreta. O casamento do agente com a vítima não é previsto como causa de extinção da punibilidade no CPM.*/
 ||C|| - Correta. Conforme o artigo 123, inciso III, do CPM, a punibilidade é extinta pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.*/
 ||D|| - Incorreta. O perdão aceito é causa de extinção da punibilidade apenas nos crimes de ação penal privada, não sendo aplicável nos crimes de ação pública. Em resumo, no contexto do CPM, o perdão do ofendido não possui eficácia para extinguir a punibilidade, uma vez que a ação penal militar é pública e

incondicionada, e o CPM não prevê a ação penal privada nem institutos a ela relacionados.*/
 ||E|| - Incorreta. A morte do ofendido não extingue a punibilidade. O artigo 123, inciso I, do CPM, prevê a extinção da punibilidade pela morte do agente, e não da vítima.*/
Questão 74
 De acordo com o CPM, caracteriza o crime de deserção

- Ⓐ o abandono do posto de trabalho.
- Ⓑ a ausência injustificada do serviço militar por mais de 8 dias.
- Ⓒ a recusa ao cumprimento de ordem legal.
- Ⓓ a divulgação de informações confidenciais.
- Ⓔ o uso indevido de uniforme militar.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O abandono de posto é assim tipificado no artigo 195 do CPM: “Abandonar, sem ordem superior, o posto ou lugar de serviço que lhe foi designado.”*/
 ||B|| - Correta. O artigo 187 do CPM define o crime de deserção como: “Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias.”*/
 ||C|| - Incorreta. A recusa em obedecer a ordens superiores caracteriza o crime de recusa de obediência, previsto no artigo 163 do CPM: “Recusar obedecer a ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução.”*/
 ||D|| - Incorreta. A divulgação não autorizada de informações sigilosas configura o crime de violação de sigilo funcional e é tratada no artigo 326 do CPM: “Revelar fato ou documento de que tem ciência em razão do cargo ou função e que deva permanecer em segredo.”*/
 ||E|| - Incorreta. O uso indevido de uniforme é um crime abordado no artigo 172 do CPM: “Usar indevidamente uniforme, distintivo ou insígnia militar a que não tenha direito.”*/
Questão 75
 Considere a situação em que se encerrou o horário do turno de uma sentinela, o militar que deveria assumir o turno seguinte não a substituiu e ela, sem autorização, foi embora e não mais retornou. Nesse caso, segundo o CPM, a sentinela em questão cometeu o crime de

- Ⓐ descumprimento de missão.
- Ⓑ prevaricação.
- Ⓒ retenção indevida.
- Ⓓ abandono de posto.
- Ⓔ omissão de eficiência da força.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O CPM não tipifica especificamente o descumprimento de missão como crime. Tal conduta pode ser enquadrada em outros tipos penais, conforme as circunstâncias.*/
 ||B|| - Incorreta. Conforme o CPM, o crime de prevaricação (art. 319) é caracterizado pela conduta de “Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”.*/
 ||C|| - Incorreta. Conforme o CPM, o crime de retenção indevida (art. 197) é caracterizado pela conduta de “Deixar o oficial de

restituir, por ocasião da passagem de função, ou quando lhe é exigido, objeto, plano, carta, cifra, código ou documento que lhe haja sido confiado”. Não se trata, portanto, de crime cometido pela sentinela. */

||D|| - Correta. No caso apresentado, a sentinela, mesmo após o término do turno, não foi substituída e, sem autorização, deixou o posto. Essa ação configura o crime de abandono de posto (CPM, art. 195), pois o militar deve permanecer no local até ser devidamente substituído ou autorizado a se retirar. A jurisprudência reforça que o abandono de posto é um crime de mera conduta, consumando-se no momento em que o militar se afasta do local designado sem autorização superior. */

||E|| - Incorreta. De acordo com o CPM, o crime de omissão de eficiência da força (art. 198) é caracterizado pela conduta de “Deixar o comandante de manter a força sob seu comando em estado de eficiência”. Portanto, não se trata do crime cometido pela sentinela no caso. */

Questão 76

De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e com a jurisprudência dos tribunais superiores, compete à justiça militar da União

- I processar e julgar os militares dos estados nos crimes militares definidos em lei.
- II decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- III processar e julgar os crimes militares cometidos por civis.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item III está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O item I está errado. Conforme o artigo 125, § 4.º, da CF, compete à justiça militar estadual processar e julgar os militares dos estados nos crimes militares definidos em lei. */

||B|| - Correta. O item III está certo. A justiça militar estadual não possui competência para processar e julgar civis, mesmo que tenham cometido crimes militares. Essa competência é exclusiva da justiça militar da União. Conforme entendimento do STJ, a justiça militar estadual não pode julgar civis, ainda que pela prática de crime contra instituição policial militar. */

||C|| - Incorreta. O item I está errado. Conforme o artigo 125, § 4.º, da CF, compete à justiça militar estadual processar e julgar os militares dos estados nos crimes militares definidos em lei. O item II está errado. O artigo 125, § 4.º, da CF estabelece que cabe ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. O STF confirmou que essa competência é da justiça militar estadual. */

||D|| - Incorreta. O item II está errado. O artigo 125, § 4.º, da CF estabelece que cabe ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. O STF confirmou que essa competência é da justiça militar estadual. */

||E|| - Incorreta. Apenas o item III está certo. */

Questão 77

Conforme as hipóteses de impedimento estabelecidas no Código de Processo Penal Militar (CPPM), estará impedido de atuar no processo penal militar o membro do Ministério Público que

- A) seja amigo íntimo do acusado.
- B) tenha aconselhado anteriormente o acusado.
- C) seja credor do acusado.

D) tenha atuado como defensor do acusado no mesmo processo.

E) seja presidente de sociedade ligada ao acusado.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A amizade íntima é hipótese de suspeição, e não de impedimento, de acordo com o CPPM (art. 58, alínea a). */

||B|| - Incorreta. O aconselhamento prévio é hipótese de suspeição, e não de impedimento, conforme o CPPM (art. 58, alínea c). */

||C|| - Incorreta. O membro do MP ser credor do acusado é causa de suspeição, e não de impedimento, de acordo com o CPPM (art. 58, alínea d). */

||D|| - Correta. Segundo o art. 57, alínea b, do CPPM, o membro do Ministério Público já ter desempenhado função de defensor do acusado no mesmo processo configura hipótese de impedimento, tornando-o legalmente proibido de atuar no caso. */

||E|| - Incorreta. O fato de o membro do MP ser presidente de sociedade ligada ao acusado configura causa de suspeição, e não de impedimento, de acordo com o CPPM (art. 58, alínea f). */

Questão 78

Consoante o disposto no CPPM, é competência da Polícia Judiciária Militar

- A) determinar a aplicação de penas disciplinares aos militares infratores.
- B) julgar os crimes militares em primeira instância.
- C) apurar os crimes militares e sua autoria.
- D) legislar sobre normas de conduta militar.
- E) executar penas privativas de liberdade impostas pela justiça militar.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A aplicação de penas disciplinares é competência do comandante da unidade militar, conforme regulamentos disciplinares específicos de cada força. A Polícia Judiciária Militar não possui atribuição para aplicar sanções disciplinares, mas, sim, para investigar infrações penais militares. */

||B|| - Incorreta. O julgamento dos crimes militares é de competência da justiça militar, composta por juízes e tribunais militares. A Polícia Judiciária Militar atua na fase investigativa, não possuindo função jurisdicional para julgar crimes. */

||C|| - Correta. Conforme o artigo 8.º, alínea a, do CPPM, compete à Polícia Judiciária Militar “apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria”. Isso significa que a PJM é responsável pela investigação dos crimes militares, devendo identificar os autores e coletar provas para subsidiar o processo judicial. */

||D|| - Incorreta. A criação de normas legais é atribuição do Poder Legislativo. A Polícia Judiciária Militar não tem competência para legislar, mas, sim, para cumprir e fazer cumprir as leis existentes, especialmente no que tange à investigação de crimes militares. */

||E|| - Incorreta. A execução de penas privativas de liberdade é de responsabilidade dos órgãos do sistema penitenciário militar ou das unidades prisionais designadas para tal fim. A Polícia Judiciária Militar não é encarregada da execução penal, mas, sim, da investigação criminal. */

Questão 79

De acordo com o CPPM, o inquérito policial militar (IPM) pode ser iniciado

- A) de ofício, pela autoridade militar em cujo âmbito de jurisdição ou comando haja ocorrido a infração penal, sendo desnecessário observar a posição hierárquica do infrator.
- B) por determinação ou delegação da autoridade militar superior, que, em caso de urgência, poderá ser feita por via telefônica ou radiotelefônica, sem necessidade de confirmação posterior por ofício.

- C por intimação de juiz auditor militar, quando este entendê-lo necessário para a elucidação dos fatos.
- D a requerimento da parte investigada ou de quem legalmente a represente, ou em virtude de representação devidamente autorizada de quem tenha conhecimento de infração penal cuja repressão caiba à justiça militar.
- E por decisão do Superior Tribunal Militar (STM), nos termos do artigo 25.

||A|| - Incorreta. Conforme o artigo 10, alínea a, do CPPM, a forma descrita na opção é das formas legítimas de instauração do IPM, contudo é necessário atender a hierarquia entre o infrator e a autoridade militar. */

||B|| - Incorreta. Previsto no artigo 10, alínea b, do CPPM, a forma descrita na opção é válida, especialmente em situações de urgência, contudo, em caso de urgência, poderá ser feita por via telegráfica e deverá ser confirmada posteriormente via ofício.*/

||C|| - Incorreta. O artigo 10 do CPPM não prevê a requisição do juiz auditor militar como forma de instauração do inquérito policial militar. As formas previstas são:

- a) de ofício, pela autoridade militar competente;
- b) por determinação ou delegação da autoridade militar superior;
- c) em virtude de requisição do Ministério Público;
- d) por decisão do Superior Tribunal Militar, nos termos do art. 25;
- e) a requerimento da parte ofendida ou de quem legalmente a represente, ou por representação autorizada de quem tenha conhecimento da infração;
- f) quando, de sindicância feita em âmbito de jurisdição militar resulte indício da existência de infração penal militar.

Portanto, a requisição do juiz auditor militar não é uma das formas previstas para a instauração do IPM.*/

||D|| - Incorreta. Conforme o artigo 10, alínea e, do CPPM, esta é uma forma válida de instauração do IPM, porém deve ser feita a requerimento da parte ofendida.*/

||E|| - Correta. De acordo com o artigo 10, alínea d, do CPPM, o STM pode determinar a instauração do IPM.*/

Questão 80

Com base no CPPM, assinale a opção que corresponde ao prazo para a conclusão do IPM no caso de o indiciado estar preso.

- A 10 dias
- B 20 dias
- C 30 dias
- D 40 dias
- E 60 dias

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O prazo de 10 dias é previsto no Código de Processo Penal (CPP) para a conclusão do inquérito policial comum quando o indiciado está preso, mas não se aplica ao IPM previsto no CPPM.*/

||B|| - Correta. Conforme o artigo 20 do CPPM, o IPM deve ser concluído em até 20 dias quando o indiciado estiver preso, contados a partir da execução da ordem de prisão.*/

||C|| - Incorreta. Não há previsão no CPPM de um prazo de 30 dias para a conclusão do IPM com indiciado preso.*/

||D|| - Incorreta. O prazo de 40 dias é previsto no CPPM para a conclusão do IPM quando o indiciado está solto, não quando está preso.*/

||E|| - Incorreta. O CPPM não estabelece prazo de 60 dias para a conclusão do IPM, seja para indiciado preso, seja para o solto.*/

Espaço livre